

# Saber e Imaginar o Social: Desafios às Ciências Sociais em Língua Portuguesa\*

7

Revista Crítica de Ciências Sociais  
N.º 32  
Junho 1991

**E**STE é um momento de festa e mesmo de alvoroço. Pela primeira vez, cientistas sociais brasileiros, africanos e portugueses juntam-se para porem em comum e discutirem os problemas científicos e sociais que os preocupam. E fazemo-lo cientes, de, à partida, não termos muito mais em comum—para além do facto de sermos todos cientistas sociais activos nos nossos respectivos países—que uma língua, em si mesma, testemunho da história que, para o bem e para o mal, as nossas sociedades partilharam ao longo de alguns séculos. Reunimo-nos, pois, certos de estarmos em tempo de partida e de que o trabalho e o convívio dos próximos dias poderá vir a frutificar em partilhas mais ricas e diversificadas no futuro. É um tempo complexo, um presente quase todo feito de futuro e, no entanto, paradoxalmente cheio de razões que, fazendo dele um tempo de partida, fazem-no também

---

\* Palavras proferidas na sessão inaugural do Primeiro Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais realizado em Coimbra de 2 a 5 de Julho de 1990.

tempo de chegada. Estamos convictos de que esta reunião não poderia ter tido lugar antes de encerrado o ciclo do império e de as aspirações de liberdade e de democracia começarem a ter um princípio de cumprimento nos nossos países. E o ciclo do império encerrou-se com a revolução do 25 de Abril de 1974, sem dúvida o momento em que, apesar de distantes e mutuamente desconhecidos, começámos a forjar esta reunião. Para os povos africanos era o fim de uma guerra colonial cruel e injusta e a conquista duramente obtida da independência em condições que os garantia contra as sequelas neo-colonialistas de que outras áfricas vinham padecendo. Para o povo brasileiro era um grito de liberdade que, apesar de tanto mar, se podia ouvir dentro de casa, uma casa vigiada por uma ditadura tão diferente e afinal tão igual àquela que acabava de cair em Portugal. Era também uma pequena grande compensação para a devastação psicológica que o fim trágico do regime de Allende provocara, meses antes, em toda a América Latina e afinal em todo o mundo. E todos nos lembramos dos muitos nossos colegas, brasileiros exilados, a acorrer a Portugal logo a seguir ao 25 de Abril, vindos do frio europeu, ávidos de estarem mais perto de casa, das pessoas e da língua, das ruas e dos cheiros, da comida e da confusão.

A reunião que ora iniciamos é feita de todos estes gestos e cumplicidades. Reunimo-nos num tempo denso e exacto porque partimos de dentro mesmo do acto de chegada.

Dada a reflexividade própria da nossa prática científica nada melhor para nos congregarmos do que examinar até onde partilhamos os desafios que se nos colocam, a nós cientistas sociais activamente envolvidos no devir histórico dos nossos países. Daí o tema geral deste Congresso: "Saber e Imaginar o Social. Desafios às Ciências Sociais em língua portuguesa".

"Saber e Imaginar o Social" assinala, desde logo, um desassossego epistemológico perante a hegemonia, hoje em profunda crise, do paradigma positivista. O nosso conhecimento é menos

representação/reprodução do que imaginação controlada do social, exacto, só e quando muito a respeito de nós próprios, investigadores que nos reconhecemos em tudo o que conhecemos. É questionável se com isto preparamos a gestação de um novo paradigma. Mas é importante que estejamos cada vez mais atentos ao carácter argumentativo do conhecimento científico para a partir dele aprofundar as relações entre a produção e a divulgação científica, de modo a aumentar a competência argumentativa dos cidadãos, acicatando neles e reencantando o gosto e a capacidade de interpretar a sua sociedade e o seu quotidiano. Em última instância, o que está em causa é um novo pragmatismo virado para as relações entre ciência social e democracia, esperando delas a emergência de um novo senso comum sobre a sociedade, menos mistificador e conservador, mais esclarecido e emancipador.

A oportunidade para repensar as ciências sociais é talvez maior nos nossos países do que nos países centrais onde as lealdades institucionais à epistemologia positivista foram mais extensas e fundas. A crise das ciências sociais nos países centrais e muito particularmente a crise da sociologia americana criam o espaço para uma nova substituição de importações, desta vez no campo da cultura científica, e — mais avisados que antes — com o objectivo de substituir não por repetição mas por inovação.

Esta postura epistemológica implica que, em primeira linha, os desafios com que nos defrontamos não sejam específicos das ciências sociais em língua portuguesa e sim das ciências sociais em geral. Os últimos dez meses abalaram o mundo e como tal abalaram o conhecimento que sobre ele fomos acumulando nos últimos cento e cinquenta anos. Os acontecimentos nos países do Leste Europeu, na África do Sul e na Nicarágua caíram como meteoritos nas águas paradas dos nossos pressupostos inquestionados.

Um deles, o pressuposto evolucionista, desconhecido ou odiado pela maioria dos que de facto o

assumiram, fez-nos construir mil teorias sobre a transição do capitalismo para o socialismo e, naturalmente, nenhuma sobre a transição do socialismo para o capitalismo. É certo que para muitos de nós os países do Leste Europeu não eram socialistas senão com a nódoa de alguns adjectivos prejorativos mas supunha-se que a nódoa pudesse sair sem que o facto e o dono do facto tivessem que colapsar, para mais, colapsar no que, pensávamos nós, tinham há muito deixado de ser. Sabíamos, pelo menos desde Dahrendorf, que os conflitos de classe se podiam institucionalizar, mas custar-nos-ia admitir que o mesmo pudesse suceder com os conflitos raciais sobretudo numa situação em que a população negra fosse a maioria e estivesse despojada de toda a representação política e do acesso aos meios de produção. Por último, partimos, com boas razões, do pressuposto de que a transformação social ocorreria, no nosso século, segundo um de dois modelos, a reforma ou a revolução. Admitimos várias combinações entre eles mas era quase unimaginável que uma revolução se deixasse serenamente desarmar numa mesa de voto mesmo sabendo que essa mesa fora minada pela guerra civil e pelo boicote instigados por uma potência estrangeira.

Os acontecimentos dos últimos dez meses constituem, pois, um desafio a questionar muito do nosso senso comum científico. Mas a sua importância reside sobretudo no facto de a veemência com que nos levanta certas questões decisivas ser suficiente para ocultar convincentemente outras questões que, vistas doutro ângulo, nos parecem ainda mais decisivas. Para além das questões já referidas, as transformações ocorridas nos países do Leste Europeu questionam os modos convencionais de conceber a construção, o desenvolvimento e a resolução dos conflitos internacionais. O conflito Leste-Oeste foi concebido, sobretudo desde a Segunda Guerra Mundial, como o conflito matricial da vida política interna e internacional de virtualmente todos os países do mundo. Um conflito compacto e explosivo feito de contradições sobrepostas, económicas, políticas, culturais,

militares, sempre à beira de fugirem ao controle dos gestores do conflito. Um conflito irresolúvel uma vez que as teses da convergência dos dois sistemas a cada passo se desacreditavam e, por outro lado, era impensável que um dos sistemas estivesse disposto a cair nos braços do outro. E, no entanto, foi isto o que aconteceu ou está a acontecer. O socialismo sai da cena e o capitalismo que, as teses do pós-industrialismo tinham declarado irreconhecível, revela uma nova autenticidade e uma nova pujança. Por acontecer e por acontecer tão de repente tudo isto é dramaticamente importante e o impacto nas ciências sociais será sem dúvida grande na década final do século. Se é verdade que a teoria económica não recuperou ainda das surpresas que lhe trouxe a primeira crise do petróleo, não é menos verdade que as teorias sociais levarão algum tempo a recuperar do inverno de 89-primavera de 90.

No entanto, a dramática e mediática importância de tudo isto oculta-nos ou faz-nos esquecer dois outros fenómenos importante, em curso despercebido.

Em primeiro lugar, a resolução do conflito Leste-Oeste ocorre de par com o agravamento do conflito Norte-Sul. A engenharia do fracasso das políticas de desenvolvimento nunca actuou com tanta eficácia como na década de 80, o abismo entre o Norte e o Sul nunca foi tão grande e não há sinais que se atenuem nas próximas décadas. Este desenvolvimento assimétrico dos dois conflitos constitui um desafio decisivo às ciências sociais. Afinal, o conflito Leste-Oeste, que era um conflito entre inimigos, apostados na destruição um do outro, resolve-se com uma facilidade desarmante, enquanto o conflito Norte-Sul, que sempre foi concebido como um conflito entre amigos, apenas uns menos desenvolvidos que outros, mostra-se cada vez mais irresolúvel. Por outro lado, todos nós fomos na última década testemunhas ou activistas da degradação do valor explicativo dos factores económicos face ao valor explicativo dos factores políticos e ideológicos os quais, de repente, nos pareceram mais determinantes e as explicações que proporcionavam mais convincentes. Perante isto, é

perturbador verificar que enquanto conflito armado de razões políticas e ideológicas se derrete como cera, o conflito que parece não ter outras razões que as económicas revela uma total rigidez. Será que o determinismo económico entrou pela janela depois de ter sido deitado fora pela porta? Mas mais desafiante ainda é verificar em que medida os dois conflitos estão ligados, em que medida a progressiva resolução do conflito Leste-Oeste é parte do mesmo processo que produz o constante agravamento do conflito Norte-Sul, e neste caso, por Sul devemos entender também a Europa do Sul. É perturbador verificar a rapidez com que o discurso e as políticas anti-comunistas são substituídas nos Estados Unidos da América pelo discurso e as políticas anti-droga com a reposição da dialéctica inimigo interno-inimigo externo mas deslocada, desta vez, para o Sul de tal modo que o conflito Norte-Sul passa a assumir características de conflito Leste-Oeste.

Relacionado com este, os acontecimentos nos países do Leste Europeu produzem ainda um outro fenómeno de ocultação cuja análise ou desocultação constitui um outro desafio importante às ciências sociais neste final do século. O desmoronamento dos regimes de leste constitui o grande espectáculo mediático dos últimos meses, o que deu grande visibilidade pública à falência dos mecanismos de regulação social em que tais regimes assentavam. Em contraste, o Ocidente deixou de ser notícia, as relações sociais capitalistas pareceram mais naturais do que nunca e os seus efeitos menos recomendáveis foram facilmente ocultados ou desculpabilizados de acordo com o princípio de que não há bela sem senão ou de que não há rosa sem espinhos. Nesta estratégia de ocultação não está apenas envolvido o agravamento do conflito Norte-Sul, está também, quiçá relacionado com ele, a degradação da qualidade de vida nos países centrais. O aumento das assimetrias sociais e regionais, os desequilíbrios crescentes na representação dos interesses e a consequente formalização da competição democrática a que o cidadão responde com "apatia eleitoral", a mercantilização da vida privada, a situação

de anomia narcisista em que a autenticidade do ser e fazer se reduz à verosimilhança da simulação do que se é ou faz, a precarização e alienação do trabalho numa sociedade com cada vez maiores riscos e piores seguros, sobretudo no seguimento da retracção do Estado-Providência, a diferenciação extrema de bens e serviços subordinada a uma lógica de desapareição de que as imagens televisivas são campo privilegiado, a multiplicação aparentemente infinita das relações sociais do consumo feita de satisfações que criam necessidades com que se escamoteia a questão do acesso a que tipo de consumo, enfim, e acima de tudo, a degradação alarmante do meio ambiente, produto de causas por vezes recentes mas cujas consequências são irreversíveis durante várias gerações.

13

Tudo isto é, de repente, muito pouco comparado com o que se passava até há meses nos países do Leste Europeu. O que nisto se oculta é a ideia que a exposição dos erros dos regimes do Leste Europeu não desculpa os erros das sociedades capitalistas e que, pelo contrário, a perestroika no Oriente, para ter o pleno êxito que todos lhe auguramos, tem de ser seguida por uma perestroika no Ocidente, uma perestroika sem dúvida muito diferente dela mas, por certo, não menos profunda. É precisamente a perestroika no Ocidente que constitui o outro grande desafio às ciências sociais neste fim de século. Este desafio desdobra-se no cumprimento de uma série de tarefas novas cuja importância não pode ser minimizada.

Em primeiro lugar, começa hoje a ser generalizadamente reconhecido que se verificaram as previsões mais pessimistas de Schumpeter sobre a progressiva distância entre representantes e representados nos regimes democráticos. Se é certo que acumulação dos "paradoxos" ou das "promessas não cumpridas" da democracia moderna não nos pode fazer desistir dela, não é menos certo que cada vez mais se impõe uma reconstrução profunda da teoria democrática que expanda e enriqueça o conceito de cidadania, que garanta

a autonomia dos cidadãos perante a burocratização da vida pública e as indústrias culturais e mediáticas, que reponha o princípio da igualdade não forma como condição do exercício da liberdade, e, finalmente, que assegure a transparência dos processos de informação e de decisão.

14

Em segundo lugar, as transformações recentes nos regimes de acumulação capitalista têm vindo a aumentar o potencial destrutivo das forças produtivas ou melhor, da força bruta da necessidade económica. Este facto ligado ao efeito ideológico do produtivismo, isto é, à ilusão de que todo o problema humano se pode resolver com sempre mais produção, tem vindo a provocar um desastre ecológico para cuja configuração e análise as ciências sociais se encontram despreparadas. De diferentes formas, as ciências sociais aprenderam sempre a centrar-se nas relações sociais de produção e de reprodução social. Com isto, deram menos atenção à estrutura material da produção e negligenciaram as relações entre os processos humanos de produção e os processos vitais dos sistemas macro-ecológicos, tal como, de resto, negligenciaram as relações entre o trabalho assalariado e outras formas de trabalho, o trabalho doméstico, o trabalho camponês, o trabalho comunitário, o trabalho artístico e recreativo, o trabalho do lazer. O desafio consiste em redefinir as prioridades teóricas e analíticas, ampliando os conceitos de produção e de reprodução humanos até incluir a produção e a reprodução da natureza, criando campos explicativos contingentes mas cúmplices onde seja possível pensar conjuntamente a produção de utilidades sociais, a salvaguarda do meio ambiente, a crítica do sexismo e do racismo, e a criatividade do trabalho não alienado.

Em terceiro lugar, a perestroika no Leste Europeu produziu um efeito de desidentificação que transmutou inimigos em amigos e vice-versa e que, ao fazê-lo, tornou mais difícil, momentaneamente pelo menos, saber de que lado se está ou sequer se há lados para se estar. Este efeito, em si mesmo estimulante, pode ser paralisante se entretanto não

for possível reinventar o sentido da transformação e da emancipação sociais. Este é mais um dos grandes desafios postos às ciências sociais neste fim de século. Um desafio particularmente difícil de cumprir uma vez que as próprias transformações no Leste Europeu vieram demonstrar que não há uma teoria geral de transformação social. De um mundo de sobredeterminação passamos a um mundo de subdeterminação que obriga a investigar em concreto as condições sociais e históricas de cada formação social. O que significa que ninguém é medida, modelo, ou futuro de ninguém e que, por isso, é muito difícil aprender com a experiência dos outros. As ciências sociais são assim desafiadas a construir uma nova relação entre universalismo e particularismo e a aprender sem limites os limites do que nos podem ensinar.

15

Dá a importância da postura epistemológica que comecei por referir. Conjugada com os acontecimentos dos últimos dez meses recomenda-nos como orientação geral para as ciências sociais neste fim de século o sermos mais idealistas a respeito das nossas ciências e mais sociológicos a respeito dos nossos ideais.

Estes são alguns dos desafios que se colocam às ciências sociais em geral e, portanto, às ciências sociais em língua portuguesa tal como às ciências sociais em qualquer outra língua. Mas para além destes haverá outros desafios que se colocam especificamente às ciências sociais em língua portuguesa? Pensamos que sim.

Antes de mais eles decorrem do modo como as nossas sociedades partilham o mundo. Nenhuma delas ocupa uma posição central ou hegemónica no sistema mundial. Para alguns, Portugal e Brasil são duas sociedades semiperiféricas, uma no contexto europeu a outra no contexto americano, e as sociedades africanas de expressão oficial portuguesa pertencem inequivocamente, com as outras sociedades africanas, à periferia do sistema mundial. Em qualquer dos casos, e apesar das diferenças significativas, partilhamos posições de vulnerabilidade perante os efeitos de processos

transnacionais que não controlamos. Se o conflito Norte-Sul divide o mundo entre o mundo das causas e o mundo das consequências, pertencemos inequivocamente ao mundo das consequências.

Os desafios às ciências sociais em língua portuguesa derivam antes de mais da compreensão profunda desta posição e da criatividade social que é preciso mobilizar para a alterar a favor das nossas sociedades nas próximas décadas. Mas eles derivam sobretudo das condições sociais específicas, internas das nossas sociedades, na medida em que as especificidades dessas condições em relação às dominantes nas sociedades centrais onde foi produzido o conhecimento sociológico hegemónico nos obrigam a um esforço constante de inovação teórica e de criatividade analítica. E neste caso os pedaços de história que partilhamos, sendo como que águas subterrâneas que mesmo de longe alimentam os problemas na aparência específicos de cada uma das nossas sociedades, podem ser também recursos preciosos para os esforços conjuntos de inovação e de criatividade científicos a empreender.

A escolha do tema "democracia e desigualdades sociais" pretende assinalar um primeiro conjunto de desafios. As nossas sociedades têm estruturas de classes muito distintas entre si mas, no conjunto, igualmente distintas das estruturas de classes das sociedades centrais. Cada uma de sua maneira, constituem complexas misturas de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* onde tem ainda importância a pequena agricultura familiar e onde as redes de sociabilidade, de solidariedade e de interconhecimento desempenham um papel importante na produção de providência societal. São também sociedades com curtíssima ou curta mas sempre tortuosa tradição democrática, pronta a resvalar para o autoritarismo dos múltiplos anéis burocráticos e para a discrepância entre quadros legais civilizados e práticas sociais por vezes bárbaras. Sociedades que pela sua posição de vulnerabilidade no sistema mundial são susceptíveis de sofrer a crise

do Estado-Providência sem nunca terem tido um Estado-Providência.

Os desafios à compreensão analítica da complexidade destes processos sociais são ainda maiores quando se trata de a partir destes processos tentar conceber vias de transformação social ajustadas e realistas. Daí, a questão dos "novos sujeitos sociais". Nas nossas sociedades, esta questão traz de imediato consigo a questão dos velhos sujeitos sociais. Uma mais que outras, as nossas sociedades denotam o que podíamos designar por *déficit corporativo*, e que se caracteriza em geral por um grande *desequilíbrio na organização de interesses*, pela baixa *representatividade das organizações*, pela *resistência à institucionalização dos conflitos*, enfim, pelos baixos *índices de cidadania colectiva*. Onde estão, pois, os velhos sujeitos sociais para que no lugar deles ou ao lado deles se anunciem os novos sujeitos sociais? É uma questão complexa uma vez que as nossas sociedades, ou algumas delas, não tendo ainda cumprido algumas das promessas de modernidade (*liberdade, igualdade e fraternidade*) sentem-se simultaneamente *atravessadas por traços de pré-modernidade* e, sobretudo nos *grandes centros urbanos*, por *identidades culturais, estilos de vida e de consumo* que nas sociedades centrais fazem o discurso da *pós-modernidade*.

Por estas razões, quando analisadas em corte *sincrónico*, as nossas sociedades constituem aos olhos desatentos como que uma *anomalia geológica* fruto de *ancestrais e recorrentes curto circuitos históricos*.

A complexidade social que daqui resulta é também uma complexidade cultural feita de *culturas nacionais, locais, comunitárias, étnicas*. A posição de *vulnerabilidade* das nossas sociedades no sistema mundial desafia-nos a *problematizar o modo de inserção* de toda essa complexidade em processos cada vez mais *pujantes de transnacionalização da cultura*. Perguntamo-nos se existe um modo de *regulação cultural periférico ou semiperiférico*. Mas curiosamente este processo

de transnacionalização tem vindo a ser confrontado na última década com um processo inverso, de fragmentação, que se revela na crítica da cosmologia modernista entendida como uma abstracta, homogeneizante e super-racional marcha civilizacional, de costas para o passado e assente no evolucionismo, no materialismo e no colectivismo: a cosmologia hegemónica dos anos 60. Ao contrário, o processo de fragmentação que, aliás, para complicar as coisas, se apresenta em duas versões, uma revivalista e neo-tradicionalista e outra pós-modernista, proclama a rebeldia das periferias contra os centros, tanto nas sociedades como nos individuos, e traduz-se na emergência de novas autonomias, identidades e lealdades culturais, nacionais, subnacionais, locais, étnicas, sexuais, linguísticas. A revolução integradora de que falava Geertz no início dos anos 60 transmuta-se em saber local, revoluções desintegradoras de que os países do Leste Europeu fornecem actualmente um exemplo particularmente esclarecedor.

Para alguns, este processo de fragmentação é típico de um período de retracção do sistema mundial e assinala alterações no centro e mudanças profundas de hegemonia. Como quer que seja, o desafio que se nos coloca é o de saber como aumentar o espaço de manobra das nossas culturas nos interstícios das contradições entre processos de transnacionalização e processos de fragmentação.

Neste domínio, e particularmente no domínio da cultura científica, as ciências sociais dos nossos países estão verdadeiramente no centro mesmo do desafio. Apesar das grandes diferenças entre nós, é em geral pequena e relativamente circunscrita a tradição das ciências sociais nos nossos países e as políticas culturais estatais sempre discriminaram contra nós. As vicissitudes do nosso desenvolvimento científico são as vicissitudes do desenvolvimento da democracia nas nossas sociedades. Com regozijo sabemos que na segunda metade da década de 70 e na década de 80 os nossos países atravessaram um período de desenvolvimento democrático sem precedentes.

Em resultado directo disso somos hoje uma comunidade científica jovem e vigorosa, ainda pequena mas potencialmente muito grande. Ainda há pouco tive o gosto de presidir ao júri de língua portuguesa do Concurso Internacional para Jovens Sociólogos organizado pela Associação Internacional de Sociologia. Foram-nos apresentados 24 trabalhos. Este número, se ponderado em função do tamanho das comunidades científicas, coloca-nos à frente de vários grupos linguísticos com maiores tradições na sociologia.

19

É um indício entre outros do muito que podemos realizar no futuro enquanto comunidade científica. Partilhamos parte das nossas histórias, mas estamos sobretudo preocupados com a história do nosso futuro. Partilhamos a língua, mas estamos sobretudo preocupados em falar e escrever mais uns com os outros. Assim, sentados no concreto e virados para o futuro vamos iniciar os trabalhos deste Congresso.

*Boaventura de Sousa Santos*